TL 6451
Rep/ TL 33746
APP0025

Apontamentos sobre a entrevista com
Mons. Ximenes Belo,
Administrador Apostólico de Dili

INFORMAÇÃO RESERVADA

Roma, 31 de Agosto de 1985

OBS.: Esta informação é reservada, não devendo ser transmitida a outros grupos ou pessoas e muito menos reproduzida publicamente.

1. Durante cerca de 1 hora Mons. Belo, de visita À Europa, recebeu-me a mim e a Robert Archer, do CIIR (Londres).

2. O objectivo da entrevista, pedida por nós, era o de travar um conhecimento directo com Mons. Belo, afirmar-lhe a nossa solidariedade (e a de muitas outras organizações e grupos cristãos) para com o povo e a Igreja de Timor-Leste, dar-lhe a conhecer o trabalho de solidariedade que se desenvolve em diversos países e, se possível, saber a sua opinião e informações sobre a situação em TL.

3. Quanto à solidariedade para com a Igreja de TL, Mons. Belo afirmou não querer apenas palavras, mas também acções concretas de apoio à diocese de Dili, sem no entanto adiantar quaisquer propostas.

4. Insistiu Mons. Belo na necessidade de visitas a TL, embora criticasse os propósitos e os resultados das visitas de embaixadores, parlamentares ou jornalistas, organizadas por Jakarta. Pareceu-nos haver aqui alguma contradição, pois ao mesmo tempo que reconhecia o controle absluto das visitas por parte das autoridades indonésias, incluindo a sua própria incapacidade de falar livremente, insistia em que era importante tentar e conseguir as visitas citadas.

5. Mons. Belo declarou que, enquanto estivesse em TL como Administrador Apostólico, o Vaticano não integraria a diocese de Dili na Conferência Episcopal indonésia (MAWI).

6. Sobre a posição do Vaticano, Mons. Belo apenas referiu que "segue com muita atenção as negociações entre Portugal e a Indonésia em Nova York".

7. Quanto ao futuro, Mons. Belo disse achar impossível a obtenção da independência e mostrou-se partidário de uma "solução realista", passo necessário para possíveis desenvolvimentos posteriores. Esta "solução realista" seria a de uma autonomia integrada na Indonésia, o que permitiria, segundo o AA: 1) saída de tropas indonésias, alívio da pressão do ocupante a todos os níveis, abrandamento da indonesianização; 2) colocar nas mãos dos timores determinada capacidade de gestão e decisão. A solução, porém, segundo Mons. Belo, não encontra o apoio nem da FRETILIN nem da Indonésia, embora o governador Mário Carrascalão pudesse vir a mosrar-se interessado.

8. Relativamente à representação do povo de TL nas negociações, Mons. Belo disse que não deveria estar confiada apenas à FRETILIN, pois sempre fora contra exclusivismos e há outros movimentos que continuam activos em TL.

9. Nomeou Mons. Belo, a este propósito, a UDT e a APODETI, esta última descontente com "esta" integração e reclamando a solução tipo "autonomia integrada na Indonésia". Segundo o AA, não há outros grupos ou movimentos políticos em TL.

10. "Todos se alegram quando há soldados indonésios mortos". A nova geração é ainda mais anti-indonésia, anti-ocupação, disse Mons. Belo.

11. O AA de Dili confirmou as violações dos direitos humanos descritos pela Amnistia Internacional, referindo-se especificamente, por exemplo, à evacuação que as autoridades indonésias fazem dos timores detidos nas prisões ou hospitalizados antes das visitas de delegações estrangeiras, substituindo-os por indonésios com aspecto bem cuidado.

12. Relativamente a declarações suas que têm suscitado alguma perplexidade, por serem contraditórias, Mons. Belo reafirmou o pensamento e a veracidade do conteúdo da sua carta de Fev. 84 dirigida a Mons. Martinho Lopes. Declarou que os jornalistas indonésios que o entrevistaram em Agosto do ano passado deturparam as suas palavras e o sentido das suas declarações (dos 3 jornais que as publicaram, o "Tempo" é o que mais se aproxima do que disse, o "Jakarta Post" aquele que mais deterpou as suas afirmações). Não é possível desmentir estas declarações falsificadas, disse. "Lá não é como na Europa, pão/pão, queijo/queijo, mas lá há que dizer e não dizer".

13. O documento datado do dia 1 de Janeiro de 85, assinado pelo Conselho Presbiteral e por ele próprio, não era um documento oficial, explicou, mas apenas uma referência interna para a Igreja de TL. (No final da conversa sugeriu que o divulgassemos junto das conferências episcopais de todo o mundo "porque é importante que conheçam o pensamento da Igreja de TL".

14. Algumas referências foram feitas, ao longo da entrevista, à necessidade de "unir", "conciliar", "não criar divisões".

15. Segundo afirmou Mons. Belo, a interrupção da sua viagem em Madrid, de onde deveria seguir para a RFA e a Holanda foi motivada pelas notícias sobre a prisão do P. Locatelli, em TL. Sobre isto, no entanto, o Vaticano não tem elementos que possam confirmar ou desmentir a notícia da sua prisão.

16. Mons. Belo disse que para manter os contactos com ele se poderia utilizar a Nunciatura de cada país.

Comentário: Mons. Belo foi estando progressivamente mais à-vontade, particularmente quando falava em português. Tinha contudo a preocupação visível de respeitar a linguagem "vaticana". Nacionalista, pressionado por diversas e contraditórias forças (as autoridades indonésias, o Vaticano, o seu próprio clero) Mons. Belo parece optar pela via da "conciliação" e do "realismo", jogando com o "dizer e não dizer". Politicamente parece não prever as consequências dos acontecimentos ou dos seus próprios actos. Neste quadro se poderão talvez compreender as suas hesitações e contradições.

Creio ser importante manter um diálogo com Mons. Belo, enquanto responsável da Igreja de TL, embora se não possa confiar em absoluto na coerência das suas actuações.

Lisboa, 8 de Agosto de 1985

Luísa Teotónio Pereira